



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Gestão de Políticas Sociais)

**TRABALHO COMPLETO – Apresentação Comunicação Oral**

**Acompanhamento dos estudantes atendidos pelas ações de  
assistência estudantil da UFMS: indicativos pedagógicos e  
sociais**

Francieli Piva Borsato<sup>1</sup>  
Carol Maria Pereira<sup>2</sup>  
Cristiane Gomes de Assis<sup>3</sup>  
Marlene Daré Martins<sup>4</sup>  
Rodrigo Domingues da Costa<sup>5</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta parte do relatório resultante do acompanhamento sócio educacional dos acadêmicos, da Cidade Universitária, atendidos pelas ações de assistência estudantil (Auxílio Creche, Auxílio Permanência e Auxílio Moradia) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O acompanhamento compõe uma das atividades executadas pelos assistentes sociais da UFMS, cujo objetivo é identificar demandas sociais e educacionais dos acadêmicos que possam inviabilizar a sua permanência. A identificação destas demandas contribui para o delineamento de ações profissionais pelos assistentes sociais e pode contribuir para a tomada de decisão no campo da gestão da política de assistência estudantil.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Assistência Estudantil. Acompanhamento acadêmico.

**Abstract:** This article presents part of the report resulting from the socio-educational follow-up of the academics, from the University City, attended by the student assistance actions (Day Care Aid, Permanence Assistance and Housing Assistance) of the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS). The follow-up is one of the activities carried out by UFMS social workers, whose objective is to identify social

---

<sup>1</sup> Assistente Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela UEL. E-mail: francieli.borsato@gmail.com

<sup>2</sup> Mestranda na Universidade Estadual Paulista – UNESP – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/ Franca – SP. E-mail: karolpereira\_ss@hotmail.com

<sup>3</sup> Assistente Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, graduada em Serviço Social. E-mail: cristiane.assis@ufms.com

<sup>4</sup> Assistente social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, especialista em Políticas Públicas, sociais e saúde da família pela Uniaself. E-mail: marlene.dare@ufms.com

<sup>5</sup> Assistente Administrativo, chefe da Divisão de Assistência ao Acadêmico (UFMS), graduado em geografia pela UFMS. E-mail: rodrigo.costa@ufms.br.



and educational demands of academics that may make it unfeasible. The identification of these demands contributes to the design of professional actions by social workers and can contribute to decision making in the field of management of student assistance policy

**Keywords:** Social Work. Student Assistance. Academic Accompaniment.

## 1. INTRODUÇÃO

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS possui diversas ações de assistência estudantil. Algumas delas focam no atendimento aos acadêmicos oriundos da classe trabalhadora empobrecida (o que pressupõem seleção e comprovação de renda) e se constituem como transferência de renda, outras não possuem recorte de renda e existem aquelas que se realizam por meio de atendimento direto ao acadêmico. Os auxílios permanência, moradia, creche e alimentação se enquadram no primeiro tipo e possuem como um dos requisitos para a continuidade do recebimento dos auxílios pelos acadêmicos, o alcance de rendimento acadêmico determinado pela Resolução que normatiza tais auxílios (Resolução Coun/UFMS nº 8, de 29, de janeiro de 2018).

De acordo com essa normativa, os acadêmicos que não alcançam o rendimento estipulado na resolução são desligados dos auxílios. Após o desligamento, existe a oportunidade, por meio de recurso, de esses acadêmicos justificarem o motivo do não alcance do rendimento. Esta justificativa passa por análise de equipe designada pela pró-reitoria, que não é composta por assistentes sociais.

Diante disso, no início do segundo semestre de 2018, dos 448 acadêmicos da Cidade Universitária atendidos pelos auxílios (creche, permanência e moradia), 133 foram desligados por não atenderem aos requisitos da normativa. Destes, 47 foram mantidos nas ações após recurso e 86 foram desligados (Edital Proaes/UFMS nº 27, de 11 de julho de 2018).

A partir deste desligamento, a equipe de assistentes sociais propôs um projeto para o acompanhamento sócio educacional dos acadêmicos beneficiários dos auxílios de Assistência Estudantil. Vale destacar aqui que o setor em que os assistentes sociais são lotados é a Divisão de Assistência ao Acadêmico (Diase) da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proaes), que conforme o Manual das Competências 2017 da (UFMS), possui como característica ser “responsável pelo atendimento, orientação e acompanhamento aos acadêmicos participantes de programas e projetos de assistência estudantil”; e como competências “atuar no monitoramento do desempenho e frequência do aluno beneficiário



de programas e ações de assistência estudantil” e “desenvolver e monitorar indicadores relacionados ao atendimento dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica”.

Além disso, a proposta de acompanhamento foi motivada pelas seguintes indagações: quais situações ou dificuldades que levaram os acadêmicos a não atingirem o aproveitamento? Qual o impacto do desligamento na permanência dos acadêmicos na Universidade? Como o Serviço Social pode contribuir para minimizar tais dificuldades? Qual o papel do Serviço Social nesse processo?

A partir dessas indagações, e de experiências anteriores de acompanhamento de rendimento de beneficiários dos auxílios (anos de 2014, 2015 e 2016), percebemos a necessidade de realizar o acompanhamento social para identificar as demandas sociais e educacionais, e a partir delas, construir ações de intervenção e de atuação do Serviço Social.

Para atingir os objetivos, buscamos definir uma metodologia adequada às possibilidades de atendimento da equipe diante do número de acadêmicos atendidos pelos auxílios. Optamos pela pesquisa qualitativa e quantitativa, visto a sua contribuição para a compreensão da complexidade da realidade pesquisada.

Na etapa de coleta de dados utilizamos como instrumental um questionário estruturado aplicado de forma indireta, por meio de ferramenta online (*Google Forms*) a fim de facilitar e ampliar o acesso para todos os acadêmicos beneficiários dos Auxílios Creche, Permanência e Moradia.

Foi encaminhando e-mail para todos os acadêmicos atendidos pelos auxílios de assistência estudantil da Cidade Universitária (totalizando 448 acadêmicos) para preenchimento do questionário de acompanhamento no período de 10 a 20 de agosto de 2018. Nesta etapa, 201 acadêmicos responderam a pesquisa, correspondendo a 45% do total dos acadêmicos atendidos.

Para facilitar a análise dos dados, dividimos os acadêmicos atendidos em 3 grupos: Acadêmicos desligados (86 acadêmicos); Acadêmicos mantidos após recursos (47 acadêmicos) e Acadêmicos com rendimento em conformidade com a normativa (315 acadêmicos).

Após a etapa de preenchimento do formulário, foi realizada a análise e categorização dos dados coletados a partir dos seguintes eixos de análise: a) perfil do público atendido; b) organização e tempo de dedicação aos estudos; c) saúde e alimentação do acadêmico; c) meios de acesso à comunicação; d) importância do auxílio financeiro para permanência no curso e; e) rendimento dos acadêmicos.



Posteriormente, a partir da análise dos eixos e demandas apresentadas, realizamos reflexões e identificamos tendências, organizados em um relatório, que culminaram na recomendação de indicativos para o trabalho dos Assistentes sociais.

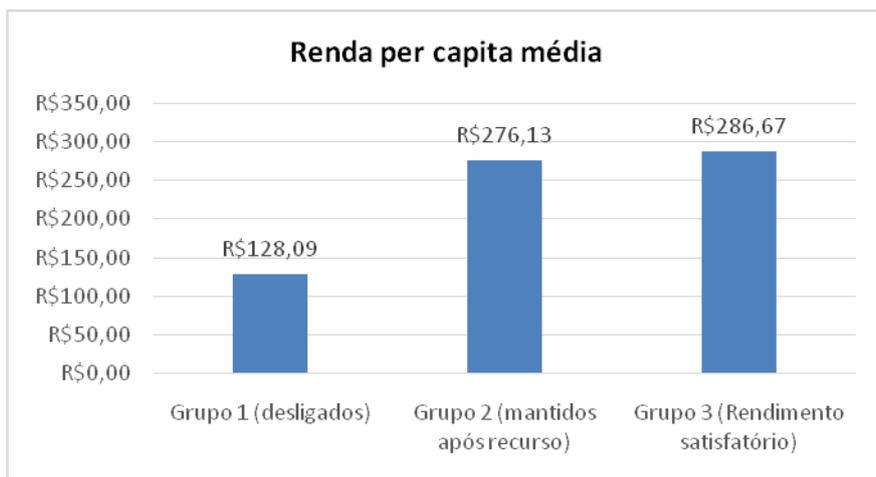
É parte desse relatório de acompanhamento que apresentamos neste trabalho, enfatizando eixos de análise que nos chamaram a atenção durante a elaboração e desenvolvimento do projeto e na análise dos dados coletados. Ressaltamos que todos os eixos de análise são relevantes para reflexão e, sobretudo, eles possuem informações cruciais para compreendermos a permanência dos acadêmicos. Entretanto, sem a intenção de agregar maior ou menor valor a um deles – visto que se nos debruçarmos em cada um seria possível a realização de diversos estudos e reflexões – daremos destaque na abordagem que fizemos sobre os dois últimos eixos: a importância do auxílio financeiro para a permanência e rendimento dos acadêmicos.

## 2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Iniciamos nossa discussão abordando o perfil de renda dos acadêmicos. Apesar de não conter no questionário utilizado a pergunta sobre a renda, consideramos relevante identificar a renda per capita para nos aproximarmos do conhecimento da realidade dos acadêmicos que estamos tratando. Portanto, realizamos o levantamento do valor da renda per capita apresentada nos processos seletivos de 2016, 2017 e 2018, no banco de dados do sistema de seleção utilizado nesses anos. Não foi possível obter as informações de renda de todos os acadêmicos participantes, principalmente que ingressaram antes de 2016, por não constarem as informações no sistema.

Dos 201 acadêmicos, identificamos a renda de 100, representando 49,8%. Entre os acadêmicos com renda per capita identificada, a média da renda per capita dos acadêmicos do Grupo 1 é de R\$ 128,09, valor abaixo da linha de extrema pobreza considerada pelo IBGE, a saber R\$ 240,00. A renda per capita média dos acadêmicos do Grupo 2 é de R\$ 276,13 e a do Grupo 3 R\$ 286,67, valores que representam a condição de pobreza. Conforme gráfico abaixo:

**Gráfico 1** – Média da renda per capita dos acadêmicos beneficiários dos auxílios



Estes dados demonstram que os acadêmicos que possuem maior dificuldade de rendimento, também são aqueles que possuem menor renda per capita, que são público-alvo do programa de assistência estudantil.

Em relação ao eixo de análise sobre a importância do auxílio financeiro para permanência no curso, destacamos a pergunta aberta efetuada sobre essa importância.

Nas respostas, 86 acadêmicos afirmaram que a ausência de apoio financeiro compromete a permanência. Entre estes, oito acadêmicos complementaram a informação dizendo que os auxílios estimularam a participação em projetos, que são relevantes em sua formação e desempenho acadêmico.

Além disso, 111 acadêmicos responderam que o apoio financeiro é muito importante ou essencial. Estes acadêmicos complementaram a resposta justificando a importância e as justificativas foram categorizadas conforme o quadro abaixo:

**Quadro 1 – Justificativas sobre a importância do(s) auxílios para a permanência**

<b>É importante pois:</b>	<b>Nº de acadêmicos</b>
Evadiria sem os auxílios financeiros	41
Auxilia nas despesas com alimentação	28
Auxilia em despesas gerais (materiais escolares, livros, higiene, lazer)	28
Auxilia nas despesas com moradia	24
Menciona que sem os auxílios teria que trabalhar e seria difícil conciliar trabalho e estudos	23
É oriundo de outra cidade	23
Com os auxílios consegue se organizar melhor e pode se dedicar mais aos estudos	15
Estimula na participação de projetos	13
Menciona a função coletiva dos auxílios	03



A partir destas respostas, identificamos que a maioria dos acadêmicos utilizam os auxílios para manutenção de despesas básicas (moradia, alimentação e materiais escolares, higiene). Os auxílios colaboram para que ao acadêmico tenha mais tempo para se dedicar aos estudos e não precise se preocupar em conciliar trabalho e estudos ou com dificuldades financeiras. As citações abaixo -justificativa dos acadêmicos - exemplificam a importância dos auxílios:

“Devido aos horários do curso, trabalhar poderia implicar no meu desempenho acadêmico. Sem auxílio temo que teria de abandonar o curso e voltar para a minha cidade. É minha única fonte de renda”

“Como sou de outro estado e minha família não tem a menor possibilidade de me manter aqui devido a condições financeiras, eu vivo totalmente das duas bolsas que recebo, sendo exclusivamente para pagamento de aluguel e alimentação, sem elas não seria possível eu terminar minha graduação.”

Alguns acadêmicos relataram que os auxílios tem sido a única fonte de renda, já que não podem contar com nenhum apoio financeiro. Também afirmaram que não conseguem conciliar estudos e trabalho, devido ao período do curso ser integral. Esses relatos indicam que, sem os auxílios, a possibilidade de evasão é significativa.

“Importantíssima, sem este apoio eu não conseguiria me manter no curso, me ajuda a comprar os materiais necessários para ter um bom desempenho, o curso que faço, os materiais não são baratos, me ajuda a comprar os produtos de higiene pessoal, e agora este mês, me ajudou a pagar o curso de Línguas (PROJELE) mais tive que juntar dinheiro por alguns meses, mais eu consegui, e estou muito feliz.”

“É muito importante porque o meu curso é integral, o que impossibilita um trabalho fixo com renda suficiente. Com o apoio financeiro da UFMS eu consigo pagar o Aluguel, me alimentar nos finais de semana quando não tem ru, consigo comprar os materiais da faculdade o meu rendimento no curso melhorou muito já que eu não tenho que me preocupar com problemas financeiros que eu lidava anteriormente, até os meus problemas psicológicos estão se estabilizando devido às menores preocupações com dinheiro e moradia.”

Outro fator importante para a permanência indicado nas respostas é que, além de contribuir com as despesas básicas, os auxílios ampliam suas possibilidades de realizarem outras atividades que a universidade oferece como: cursos de línguas, participação em projetos, participação em eventos e compras de materiais para subsidiar o curso. Não se preocupar com problemas financeiros tem sido essencial para a saúde mental de alguns acadêmicos.

“É uma contribuição que facilita permanecer na universidade, sem ela nem teria ingressado no ensino superior.”

“Substancial. Com esse apoio há uma diminuição visível no nível de desigualdades e além do mais, cria subsídios para realizar as tarefas universitárias com êxito”



Nos chama a atenção o relato acima que expressa que sem os auxílios não seria possível nem ter o acesso ao ensino superior. A ampliação da política de permanência tem contribuído para o acesso de um público cujo ingresso era reduzido, em função das condições desiguais da nossa sociedade.

O último relato demonstra que os auxílios diminuem a desigualdade entre os acadêmicos, permitindo que os acadêmicos tenham possibilidade de ampliar suas escolhas e de aproveitar o que a universidade oferece.

Em relação ao eixo de análise sobre o rendimento acadêmico, abordamos as informações coletadas sobre as reprovações dos acadêmicos no semestre anterior à pesquisa, e ao processo de desligamento, e sobre os motivos que levaram às reprovações.

Do total dos alunos que responderam o questionário (201 acadêmicos), 56% não tiveram nenhuma reprovação. Entre aqueles que tiveram alguma reprovação (92 acadêmicos), 72,8% reprovaram por notas e apenas 7,6% reprovaram por faltas. Isso indica que, de forma geral, os acadêmicos estão frequentando as aulas, mas podem estar vivenciando situações que estão comprometendo o processo de aprendizagem.

Ainda sobre as reprovações, perguntamos quais os principais motivos que os acadêmicos acreditam que possam ter contribuído para as reprovações e elencamos as seguintes opções para eles identificarem: 1. Metodologia do professor; 2. O Ensino Médio não me deu base suficiente; 3. Grade curricular (horário, número de disciplinas por semestre, "janelas"); 4. Dificuldades gerais do curso (falta de professores, infraestrutura, materiais, etc.); 5. O curso não atendeu às minhas expectativas; 6. Acúmulo de atividades acadêmicas extras; 7. Problemas de conciliação entre estudo e trabalho; 8. Posso necessidades educacionais especiais; 9. Posso problemas financeiros; 10. Tive ou tenho problemas de saúde; 11. Problemas de saúde de familiares; 12. Tive ou tenho problemas psicológicos; 13. Tenho filho(s) pequeno(s); 14. Tive ou tenho problemas de relacionamento com professores; 15. Tive ou tenho problemas de relacionamento com colegas; 16. Tive ou tenho problemas de relacionamento com minha família; 17. Sofri ou sofro preconceito dentro da universidade; 18. Sofri ou sofro assédio (moral, sexual) dentro da universidade; 19. Outros. Especifique.

A partir das respostas, observamos que elas se condensam em duas categorias: indicativos pedagógicos (ensino médio, organização da universidade e curso); e indicativos individuais e sociais.

A maioria das respostas estão relacionadas aos indicativos pedagógicos, tais como: ensino médio não deu base suficiente (31); metodologia do professor (30); acúmulo de atividade extras (24); e problemas relacionados à grade curricular (18).



As situações relacionadas aos indiciativos individuais e sociais, que comprometem o rendimento, mais apontadas foram: problemas financeiros (43); problemas psicológicos (28); problemas com saúde de familiares (15); e problemas de saúde do próprio acadêmico (15).

A partir da análise, consideramos algumas respostas merecem atenção devido à gravidade de seu significado e possíveis consequências para a saúde mental e permanência dos acadêmicos, são elas: problemas de relacionamento com familiares (12), com professores (7) e com colegas (5); e a manifestação de ter sido vítima de assédio (3) e preconceito (3).

A fim de aprofundar um pouco a análise sobre as reprovações, nos questionamos se as reprovações seriam particularidade dos beneficiários dos auxílios ou se seriam comuns a todos os acadêmicos matriculados nesses cursos. Na tentativa de avaliar essa hipótese efetuamos uma comparação entre as notas dos acadêmicos entrevistados que reprovaram e as médias da turma nas mesmas disciplinas.

Utilizamos como exemplo o curso de Engenharia de Software, que foi o curso com maior número de reprovações por nota entre os entrevistados (7). Dos sete acadêmicos que reprovaram nesse curso, dois são do Grupo 1 (desligados); dois são do Grupo 2 (mantidos após recurso); e três são do Grupo 3 (demais acadêmicos que recebem os auxílios e não tiveram rendimento abaixo do exigido).

Verificamos o histórico escolar destes sete acadêmicos e observamos a disciplina em que obtiveram a menor nota. Depois, levantamos por meio do Sistema Acadêmico (Siscad) a média das notas da turma do acadêmico nessas mesmas disciplinas. No quadro abaixo, demonstramos 3 situações para exemplificar:

**Quadro 2** – Comparação entre nota dos beneficiários dos auxílios e a média da turma na mesma disciplina

<b>Exemplos</b>	<b>Pior nota do acadêmico/ Disciplina</b>	<b>Média da Turma na mesma disciplina</b>
Acadêmico A	<b>Nota:</b> 0,8 <b>Disciplina:</b> Estruturas de dados e programação orientada a objetos	3,6
Acadêmico B	<b>Nota:</b> 0,0 <b>Disciplina:</b> Cálculo I	1,05
Acadêmico C	<b>Nota:</b> 4,5 <b>Disciplina:</b> Cálculo 1	1,15



A partir deste breve levantamento, constatamos que em todas as disciplinas pesquisadas a turma também possui média baixa ou até pior do que a nota do acadêmico entrevistado. No plano da aparência, esse fato indica que algumas disciplinas apresentam grau de dificuldade que atinge a todos os acadêmicos, parecendo ser reforçado pelos indicativos pedagógicos, acima apontados. Por outro lado, essa constatação, um tanto óbvia, deveria ser referência para pensar a metodologia de ensino, critérios de avaliação, entre outros elementos que são corriqueiramente apontados pelos acadêmicos como justificativa para o insucesso nestas disciplinas.

Além do mais, no plano do acompanhamento, considerar a média da turma, pode constituir-se como critério para avaliar o desempenho do estudante, que vá além da meritocracia.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir dos dados coletados, identificamos que é imprescindível analisar as situações que levam ao descumprimento dos requisitos de rendimento exigidos para permanência nos auxílios de assistência estudantil.

Isso porque partimos do pressuposto que o desempenho não depende apenas do esforço individual de cada acadêmico, mas que é preciso considerar outros elementos da vida social e da organização acadêmica que favorecem ou não seus resultados.

Essa perspectiva fica evidenciada a partir dos dados desta pesquisa, os quais indicam que os principais motivos para não obter o rendimento previsto nas normativas institucionais estão relacionadas a organização da universidade/curso e questões pedagógicas, que são agravadas ao considerar as dificuldades pessoais e de formação da educação básica. Isso mostra que o auxílio financeiro, por si só, não é suficiente para superação dos obstáculos que a vida acadêmica proporciona e suficientes para garantir a eficiência das políticas de permanência. A oferta do auxílio não implica na melhoria da grade curricular, metodologia do professor, melhoria da estrutura dos cursos, entre outros, os quais impactam em todos os acadêmicos e não apenas aos acadêmicos pobres, como a maioria dos indicativos dos acadêmicos tem apontado.

Em pesquisas anteriores observamos que não são apenas os acadêmicos pobres e bolsistas que possuem dificuldade em determinadas disciplinas. Então questionamos: Por que apenas os alunos bolsistas têm sido penalizados com a perda dos auxílios, se o problema de rendimento envolve todo o curso? Mas, se é necessário um rendimento



mínimo, como medir o esforço de um acadêmico isolado? Sem considerar outros fatores sociais, econômicos ou da estrutura ofertada?

Não é nosso objetivo aqui analisar e responder esses questionamentos, mas consideramos relevante chamar atenção para esses aspectos para que sejam avaliados no planejamento das ações da política de permanência e assistência estudantil da Universidade.

Diante da evidente importância do auxílio financeiro para a permanência dos acadêmicos; considerando a sobrecarga de atividades relatada por alguns acadêmicos; considerando que, em alguns casos, o desligamento pode agravar situações de acadêmicos com problemas de saúde mental ou gerar estresse e ansiedade desnecessários e prejudiciais à vida acadêmica; considerando a renda per capita dos acadêmicos e que as necessidades apresentadas vão além da renda.

A partir dessas considerações, ponderamos que a universidade tem a possibilidade de adotar medidas e posturas a fim de minimizar as dificuldades e atender as demandas dos acadêmicos visando a permanência. Algumas dessas medidas que indicamos que podem ser tomadas são: a retirada de exigência de realização de atividade extra, com carga horária obrigatória, para manutenção do recebimento dos auxílios; ouvir a justificativa sobre os motivos que levaram às reprovações antes do desligamento; o aprimoramento dos processos de seleção e análise de renda, visando a ampliação do acesso aos auxílios; e a elaboração proposta de perfil socioeconômico que considere situações agravantes ou de risco para além do simples cálculo da renda.